

Processo Licitatório nº 118/2021

PROCESSO SEI: Nº 19.16.2107.0061138/2023-22

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação, sob demanda, de serviços de planejamento, gerenciamento, coordenação, organização, montagem, execução, assessoria, promoção e operacionalização de eventos de interesse institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG, compreendendo o fornecimento de toda a infraestrutura e apoio logístico, nos termos do APENSO I – Especificação.

Impugnação: Solicitações nºs 0004 e 0006 (autor e teor coincidentes).

Impugnante: A&C EVENTOS E PROMOÇÕES EIRELI; **CNPJ:** 26.497.800.0001/53

DECISÃO ADMINISTRATIVA

1 – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital do processo licitatório em epígrafe apresentada, tempestivamente, pela empresa “A&C Eventos e Promoções Eireli”, em virtude de vício de legalidade atribuído ao instrumento convocatório.

Em síntese, a impugnante alega que, ao prever o registro da empresa e de responsável técnico perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – em meio aos requisitos habilitatórios (item “4” da “Relação de Documentos Exigidos” – Anexo III do Edital), o Edital estipula condição que extrapola os limites do indispensável, restringe injustificadamente a competitividade e compromete a isonomia entre potenciais licitantes.

Sustenta que se trata de condicionamento excessivo e desmedido e se reporta à natureza do objeto licitado para afirmar que uma organizadora de eventos apenas intermedeia parte dos serviços prestados por terceirizados/subcontratados e não tem como atividade preponderante aquelas definidas pelo CREA. Assim, a licitante e seu corpo técnico não estariam sujeitos à fiscalização do Conselho.

Afirma ser assente o entendimento de que o registro ou inscrição na entidade profissional competente (art. 30, I, Lei nº 8.666/93) deve se limitar ao conselho que fiscalize a

atividade básica ou o serviço preponderante da licitação e argumenta que as atividades de consultoria, organização e planejamento de eventos e shows não detêm qualquer correspondência com a exploração de atividades específicas, privativas e exercitáveis por engenheiros. Conclui que a atividade básica exercida pela licitante não se inclui dentre aquelas descritas no art. 1º da Lei 5.194/66, privativas de engenheiros, e que inexistente obrigatoriedade legal de sua inscrição junto ao respectivo conselho fiscalizador.

Aduz vulneração a princípios e previsões normativas atinentes à seara licitatória, tais como aqueles dispostos no art. 37, XXI, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei 8.666/93. Colaciona trechos doutrinários e jurisprudenciais pretensamente corroborativos do seu entendimento.

Pugna a requerente por que se excluam as respectivas exigências do Edital.

É o breve relato do necessário.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Saliente-se, preliminarmente, que, em 13/12/23, foi protocolada, perante o Portal de Compras-MG, a Impugnação nº 0006 (doc. SEI 6567123). Contudo, após conferência de seu integral teor e confirmação junto à requerente via *e-mail*, constatou-se que se trata de mera réplica da Impugnação nº 0004 (doc. SEI 6110915) e desprovida de assinatura, razões pelas quais será desconsiderada.

A impugnação 0004 foi apresentada tempestivamente e observou os requisitos formais previstos nos itens “3.1”, “3.2”, e “3.2.1” do respectivo Edital, razão pela qual deve ser apreciada. Passe-se, pois, à análise de mérito das questões arguidas pela impugnante.

Por se tratar de matéria eminentemente técnica, solicitou-se, com espeque no § único do art. 17 do Decreto Estadual nº 48.012/20 (“*O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão*”), o pronunciamento dos setores técnicos competentes.

Em retorno, a “Diretoria de Relações Institucionais” – DRIN – emitiu o parecer adiante reproduzido (doc. SEI 6337521), diante do qual os setores “Superintendência de Logística e Serviços”, “Divisão de Serviços” e “Diretoria de Gestão de Transportes” deram por tecnicamente respondida a demanda e consideraram desnecessária a emissão de manifestações adicionais (doc. SEI nº 6346698):

Trata-se de peça impugnatória apresentada por A&C EVENTOS E PROMOCOES EIRELI, empresa interessada em participar do Processo SIAD nº 144/2023, Processo

SEI nº 19.16.2107.0061138/2023-22, cujo objeto é a “Contratação de empresa especializada na prestação, sob demanda, de serviços de planejamento, gerenciamento, coordenação, organização, montagem, execução, assessoria, promoção e operacionalização de eventos de interesse institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG, compreendendo o fornecimento de toda a infraestrutura e apoio logístico”.

A impugnante, em apertada síntese, alega que a exigência de registro da empresa e responsável técnico perante o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA é desmedida e colide frontalmente com caros princípios e regras que regem as contratações públicas.

Pleiteia, portanto, que seja “retirada a exigência quanto ao registro e vínculo com responsável técnico com registro no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA”

Alternativamente, requer a “emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão dessa autoridade julgadora”.

Instados a se manifestar acerca da impugnação apresentada (6110919), esta unidade técnica solicitante vem esclarecer o que segue.

Examinando cada ponto discorrido na peça impugnatória apresentada, compulsando os autos e sopesando a matéria delineada, posicionamos, desde já, pelo seu indeferimento.

De fato, o objeto do certame ora em análise não se destina exclusivamente a contratação de empresa que exerça atividade básica de engenharia. Visa, entretanto, a contratação de empresa especializada em assessoria e execução de eventos e demais exigências descritas no edital. Ora, tratando-se de futuro ajuste que compreende a montagem de palcos e estruturas metálicas entre o rol de itens, não há como negar a imprescindibilidade de um profissional qualificado que possa garantir a segurança e a integridade física dos presentes.

Na espécie, a exigência de certificação técnica encontra respaldo na Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Depreende-se de seu art. 59 que empresas que executam obras ou serviços relacionados à respectiva Lei, deverão, para exercer suas atividades, possuir o registro nos Conselhos Regionais. Senão vejamos:

*Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras **ou serviços** relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico (grifamos).*

Registra-se que não cabe aqui uma análise vertical acerca do que minudencia a Lei Federal 5.194/66, cumpre-nos, tão somente, demonstrar a subsunção do art. 59 ao pretenso objeto, e é o que faremos a seguir.

Antes de alcançar tal intento, cabe ressaltar que da leitura atenta da referida disposição legal não se verifica rol detalhado de serviços, razão pela qual socorremo-nos da Resolução nº 1.121/2019, a qual dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia disponível no site: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=68720>

Dispõe o art. 3º da referida resolução que o registro no CREA é obrigatório para pessoa jurídica que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea:

*Art. 3º O **registro é obrigatório para a pessoa jurídica** que possua atividade básica ou **que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.** (grifamos)*

De sua vez, verifica-se da lista Confea/CREA, dentre inúmeras atividades que devem possuir registro no CREA, o CNAE 4292-8/01, o qual diz respeito à montagem de estruturas metálicas, o que, como já adiantamos, cuida-se de item contemplado no presente processo licitatório (<https://www.crea-mg.org.br/sites/default/files/Documentos/cnaes.pdf>).

Vê-se, portanto, que o objeto em tela se amolda ao que dispõe o art. 59 da Lei Federal nº 5.194/66.

Com efeito, seja a empresa contratada, seja, eventualmente, a empresa subcontratada, é certo que a exigência de registro perante o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA é imprescindível para atestar a adequação das montagens de estruturas às normas regentes aplicáveis.

A título de reforço, ressalta-se que a empresa impugnante apresentou irresignação semelhante enquanto interessada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, oriundo do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul (6339344), ocasião em que o referido conselho julgou improcedentes as razões invocadas (6339392).

Nesse contexto, diferentemente do que quer fazer crer a impugnante, longe de desnecessária, a exigência em questão encontra amparo na fundamentação exposta e deve ser mantida em respeito aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e, sobretudo, segurança e integridade física dos servidores, membros e demais envolvidos nos eventos que serão executados pela vencedora do certame.

Permanecemos à disposição.

Em face dos embasamentos expostos, esta Pregoeira se alinha aos fundamentos fáticos e técnico-jurídicos aventados e à conclusão formalizada no parecer exarado/ratificado pelas respectivas unidades técnicas e entende pela improcedência da Impugnação apresentada, considerando incabível, pois, a pleiteada retirada de cláusulas habilitatórias do instrumento

editório.

3 – CONCLUSÃO

Frente ao exposto, mediante incorporação do parecer técnico às presentes razões de decidir, esta Pregoeira posiciona-se pelo conhecimento da Impugnação apresentada e, no mérito, dada a existência de fundamentação fática e técnico-jurídica a justificar as exigências questionadas, julga-a **IMPROCEDENTE**, mantendo inalteradas as previsões editalícias.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2023.

Lilian de Campos Mendes
Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **LILIAN DE CAMPOS MENDES, FG-2**, em 15/12/2023, às 18:39, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **6567168** e o código CRC **C3911859**.

